



19
135

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 195108-0/01

Comarca: Recife

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Francisco Azarias da Silva

Relator: José Ivo de Paula Guimarães

R
3523

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM DECISÃO TERMINATIVA EM REEXAME NECESSÁRIO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 253, DO STJ. EXAME E MEDICAMENTOS FORA DA LISTA PADRÃO. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DOS TERMOS DA DECISÃO ENFRENTADA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - É dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, assegurar a todas as pessoas o direito à manutenção da saúde, consequência constitucional indissociável do direito à vida, dúvida não há de que, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso.

2 - A alegação de que o Estado não teria recursos para o fornecimento de drogas excepcionais, sem previsão na lista elaborada pelo Ministério da Saúde, não merece prosperar a uma vez que, como restou demonstrado por meio de dispositivos legais, jurisprudências e Súmula, é seu dever assegurar o direito à saúde e ao bem-estar do cidadão.

3 - Aplicação da Súmula nº 18, do TJPE - "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento

09 - RA 195108-0/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



90
1
126

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".

4 - Aplicação da Súmula 253, do STJ: "O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário".

5 - Mantidos os termos da decisão vergastada.

6 - Recurso de Agravo improvido.

7 - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 195108-0/01, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, na sessão de / /2010, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, mantendo os termos da decisão agravada. Tudo em conformidade com o relatório e o voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife 28/01 /2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

09 - RA 195108-0/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 -- Fone: (081) 3419-3726.



21
1
127

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 195108-0/01

Comarca: Recife

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Francisco Azarias da Silva

Relator: José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo em face de decisão terminativa proferida nos autos da Apelação Cível, em apenso, a qual negou seguimento à interposição, mantendo os termos da sentença exarada na Ação Ordinária de nº 001.2003.012105-2, a qual, julgando procedente o pedido formulado na inicial, determinou o fornecimento do medicamento PHARMATON e ENSURE e a realização do exame denominado GENOTIPAGEM, para o apelado, que é portador da doença SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA (SIDA/AIDS).

Em suas razões, de fls. 02/13, alega o agravante, em síntese, que: 1) A decisão monocrática, em tela, é nula por ser o reexame necessário obrigatório; 2) Que o agravado não comprovou que o exame e os medicamentos pretendidos são a única forma de alcançar do objetivo médico para o seu tratamento; 3) Que o exame solicitado não faz parte da autorização padronizada e as medicações almejadas não constam na lista elaborada pelo Ministério da Saúde.

Requer ao final, a reforma da decisão vergastada pelo provimento dado pelo Colegiado.

É o relatório.

Recife, 28/01/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

09 - RA 195108-0/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



22
1
128

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 195108-0/01

Comarca: Recife

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Francisco Azarias da Silva

Relator: José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

Insurge-se o agravante contra os termos da decisão terminativa proferida nos autos da Apelação Cível, em apenso, a qual negou seguimento à interposição, mantendo os termos da sentença exarada na Ação Ordinária de nº 001.2003.012105-2, a qual, julgando procedente o pedido formulado na inicial, determinou o fornecimento do medicamento PHARMATON e ENSURE e a realização do exame denominado GENOTIPAGEM, para o apelado, que é portador da doença SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA (SIDA/AIDS).

Examinando os argumentos jurídicos declinados nas razões recursais, pelo recorrente, observo que não merecem respaldo, não havendo necessidade de mudança da decisão enfrentada.

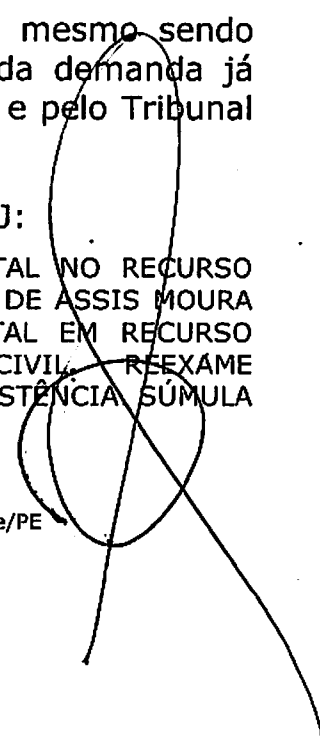
Não há óbice de decidir monocraticamente, mesmo sendo reexame necessário, quando quanto aos fatos objeto da demanda já existem entendimentos pelos Tribunais Superiores e pelo Tribunal de Ordem. É o que autoriza a Súmula 253 do STJ.

Neste sentido, colaciono jurisprudência do STJ:

AgRg no REsp 433984 / PE - AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2002/0053722-6 Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA (1131) T6 - SEXTA TURMA 11 AGRADO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. REEXAME NECESSÁRIO. VIOLAÇÃO AO ART. 557 DO CPC. INEXISTÊNCIA SÚMULA

09 - RA 195108-0/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.





23
129

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

253/STJ. INOVAÇÃO EM SEDE DE AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. É pacífico o entendimento nesta Corte Superior de Justiça acerca da possibilidade do Relator decidir, monocraticamente, em sede de reexame necessário. Súmula 253/STJ.

2. É vedado o conhecimento, em sede de agravo regimental, de matéria que não foi oportunamente suscitada nas razões do recurso especial.

3. Agravo regimental improvido./09/2008 DJe 29/09/2008 Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora." Os Srs. Ministros Og Fernandes e Nilson Naves votaram com a Sra. Ministra Relatora. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Paulo Gallotti e Jane Silva (Desembargadora convocada do TJ/MG). Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Nilson Naves.

Como já observado no caso em apreço, vê-se que a ingerência do Poder Judiciário visa assegurar o direito público subjetivo à saúde, garantido através de norma programática inscrita no art. 196, da CF/88, *in verbis*:

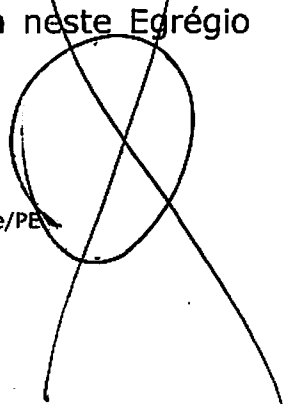
Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

É dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, assegurar a todas as pessoas o direito à manutenção da saúde, consequência constitucional indissociável do direito à vida, dúvida não há de que, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso.

Tal matéria, inclusive, encontra-se sumulada neste Egrégio
Sodalício:

09 - RA 195108-0/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antônio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.





24
130

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Súmula nº 18, do TJPE - É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

Com efeito, é firme neste mesmo sentido a jurisprudência dos Tribunais Superiores, conforme ementas abaixo transcritas:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. ART. 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL. SUS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O TRATAMENTO DE ANGIOPLASTIA BILATERAL. ARTIGO 196 DA CF/88. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. LEGITIMIDADE PASSIVA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REQUISITOS LEGAIS. PREENCHIMENTO. REEXAME PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. 1. O Sistema Único de Saúde-SUS visa a integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna. 2. Ação objetivando a condenação da entidade pública ao fornecimento gratuito dos medicamentos necessários ao tratamento de Angioplastia Bilateral. 3. O direito à saúde é assegurado a todos e dever do Estado, por isso que legítima a pretensão quando configurada a necessidade do recorrido. 4. O Estado, o Distrito Federal e o Município são partes legítimas para figurar no pólo passivo nas demandas cuja pretensão é o fornecimento de medicamentos imprescindíveis à saúde de pessoa carente, podendo a ação ser proposta em face de quaisquer deles. Precedentes: REsp 878080 / SC; Segunda Turma; DJ 20.11.2006 p. 296; REsp 772264 / RJ; Segunda Turma; DJ 09.05.2006 p. 207; REsp 656979 / RS, DJ 07.03.2005. 5. Assentado o acórdão recorrido acerca da necessidade dos medicamentos pleiteados na Inicial, não cabe ao STJ conhecer do recurso. As questões que levam à nova incursão pelos elementos probatórios da causa são inapreciáveis em sede de recurso especial, consoante previsto na Súmula 7/STJ. 6. O exame do preenchimento dos pressupostos para a concessão da tutela antecipada previstos no artigo 273, deve ser aferido pelo juiz natural, sendo defeso ao STJ o reexame desse pressuposto de admissibilidade, em face do óbice contido na súmula 07/STJ. 7. Precedentes jurisprudenciais: (REsp 505729/RS, Ministro Relator Felix Fischer, 5ª Turma, DJU 23/06/2003; REsp 190686/PR, Ministro Relator Franciulli Netto, 2ª Turma, DJU 23/06/2003; MC 2615/PE, Ministro Relator Francisco Falcão, 1ª Turma, DJU 19/08/2002; AGA 396736/MG, Ministro Relator Felix Fischer, 5ª Turma, DJU 25/02/2002; REsp 373775/RS, Ministro Relator Fernando Gonçalves, 6ª Turma, DJU 01/07/2002; REsp 165339/MS, Ministro

09 - RA 195108-0/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE.
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



25
131

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Relator Jorge Scartezzini, 5ª Turma, DJU 05/03/2001; AGA 199217/SP, Ministro Relator Luiz Vicente Cernicchiaro, 6ª Turma, DJU 17/02/1999) 8. Agravo regimental desprovido (AgRg no Ag 1044354 / RS, Rel. Min. Luiz Fux, T1, DJ 14/10/2008).

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS A PACIENTE HIPOSSUFICIENTE. OBRIGAÇÃO DO ESTADO. Paciente carente de recursos indispensáveis à aquisição dos medicamentos de que necessita. Obrigação do Estado de fornecê-los. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento (AI-Agr 648971 / RS, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 04/09/2007).

Como já afirmado, verifico que a pretensão do agravado encontra-se lastreada por um conjunto probatório, na ação originária, capaz de demonstrar a sua condição de hipossuficiência (fls. 18), a existência da enfermidade e a necessidade do exame e dos medicamentos pleiteados (fls. 19/22).

A alegação de que o Estado não teria recursos para o fornecimento de drogas excepcionais, sem previsão na lista elaborada pelo Ministério da Saúde, não merece prosperar a uma vez que, como restou demonstrado por meio de dispositivos legais, jurisprudências e Súmula, é seu dever assegurar o direito à saúde e ao bem-estar do cidadão.

Assim, embasado em tais considerações, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso, para manter os termos da decisão anteriormente proferida.

É como voto.

Recife, 28/01/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

09 - RA 195108-0/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.